

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937

Organiza a proteção do patrimônio
histórico e artístico nacional.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da
atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

.....

CAPÍTULO III
DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

.....

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas,
demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio
Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena da multa
de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou
aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá
pessoalmente na multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que
impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser
mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta
por cento do valor do mesmo objeto.

.....

.....